

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução



Presidente do União alertou deputados

Rueda e a lei de murici aplicada a Flávio Bolsonaro

Presidente do União Brasil, o advogado Antônio Rueda usou o princípio da lei de murici — aquela do cada um que cuide de si — para se referir aos problemas enfrentados pelo senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato do PL à Presidência.

Em conversa com deputados federais, na terça-feira, na sede do partido, em Brasília, Rueda foi claro ao dizer que os integrantes do União Brasil devem cuidar de suas próprias vidas, independentemente do destino da candidatura de Flávio.

Não houve, por parte dele, uma indicação de rompimento ou de busca de outro cabeça de chapa. Mas o recado é de que o problema não é do União.

União relativa

O União integra com o PP a federação União Progressista que, em tese, será aliada do PL na eleição nacional.

Isso, porém, não implica alinhamento automático nos estados, principalmente no Nordeste, onde a popularidade do presidente Lula (PT) é muito alta.

Os problemas gerados pela ligação de Flávio com Daniel Vorcaro, ex-dono do Master, apenas aumentaram as variáveis em torno da aliança com o pré-candidato do PL.

Andressa Anholete / Agência Senado



Flávio: aliados temem queda acentuada

A linha de corte

Uma das testemunhas do conselho de Rueda disse ao Correio Bastidores que as próximas pesquisas serão decisivas para a manutenção da candidatura de Flávio Bolsonaro. A do Datafolha deverá ser divulgada na sexta ou no sábado.

Segundo ele, há até a expectativa fique abaixo dos 40 pontos na simulação de um segundo turno. Isso, na opinião do parlamentar, seria decisivo para a busca de outro candidato (no Datafolha de semana passada, Flávio e Lula empataram com 45%).

Caiado e Michelle

Na pesquisa Atlas/Intel divulgada no último dia 19, Flávio ficou com 41,8% no segundo turno. Lula chegou a 48,9%. Segundo o Vox, o senador tem 38,1%; o petista, 46,8%.

No União, o nome de Ronaldo Caiado (PSD), ex-integrante do partido, é o mais falado como opção a Flávio. Mas há os que defendem o lançamento de Michelle Bolsonaro — o problema é a falta de confiança em relação a ela.

Forte demais

A confirmação de uma tendência de queda acentuada do pré-candidato do PL leva a uma outra questão: a possibilidade de Lula vencer no primeiro turno. Isso daria uma força excessiva ao petista e enfraqueceria o poder de barganha de partidos em discussões sobre apoio na rodada decisiva.

Com jeitinho

Mesmo defensores da substituição de Flávio ressaltam que o processo teria que ser feito com muito jeito, principalmente para não despertar a ira da família Bolsonaro e de seus seguidores. Estes, estimados em pelo menos 25% do eleitorado, são decisivos para que a oposição tenha alguma chance de vitória.

Favelas e polícia

Por falar em pesquisa. Levantamento realizado por entidades de favelas, entre elas, A Rocinha Resiste e a Redes da Maré, apurou que 56% dos moradores de quatro dessas comunidades discordam de operações policiais feitas em seus territórios. Outros 17% mais discordam do que concordam.

Outra forma

Do total dos ouvidos, 68% afirmaram que tais operações deveriam ser feitas de outra forma; 24% foram mais radicais e declararam que essas incursões sequer deveriam ser realizadas. A maior condenação — 79% — foi encontrada entre jovens de 18 a 29 anos; a menor — 66% — foi manifestada por idosos com 70 anos ou mais.

Pretos

Moradores que se declararam pretos foram os que mais rejeitaram as incursões policiais, 81%. A condenação por parte dos pardos foi de 71%; dos brancos, 69%. A rejeição total ou parcial das operações é maior entre mulheres (75%) do que homens (72%). A pesquisa ouviu 4.080 pessoas, moradoras de quatro favelas.

Os medos

Do total, 78% disseram ter medo da polícia durante as incursões; 59% afirmaram não temer traficantes armados: para os pesquisadores, isto pode estar relacionado a limites na liberdade de expressão em favelas, à imprevisibilidade das operações e a uma conformidade com a presença cotidiana de criminosos.



Falta de acordo levou Leo Prates a adiar relatório

Fim da 6x1 adiado para próxima semana

Falta de acordo faz relator deixar proposta para segunda-feira

Gabriela Gallo

O relatório final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da jornada de trabalho na escala 6X1, no qual se trabalha por seis dias da semana e se descansa apenas um, será apresentado na próxima segunda-feira (25) pelo relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), na comissão especial da Câmara dos Deputados.

Seguindo o cronograma do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o parecer será votado na próxima semana. Contudo, lideranças não descartam a possibilidade de o tema ser votado no plenário da Casa no dia 28 (quinta-feira) em vez do dia 27 (quarta-feira). A alternativa ocorre na falta de tempo de Hugo Motta, Leo Prates e o presidente da comissão especial, Alencar Santana (PT-SP), se reunirem para discutir o tema antes da votação.

A PEC determina a redução da jornada de trabalho na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 44 horas para 40 horas semanais, na escala 5X2, sem redução salarial ou perda de direitos trabalhistas. Mas, para além das discussões sobre os impactos financeiros oriundos da mudança, a falta de acordo no período de transição da medida também resultou no adiamento do relatório do tema — previsto

inicialmente para ser apresentado nesta quarta-feira (20) na comissão. Enquanto a oposição defende uma adaptação no período de dez anos, a base governista quer a mudança imediata. O relator defende um meio termo, de dois a quatro anos de transição das mudanças.

Oposição

Em conversa com a imprensa na saída do almoço da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS) nesta quarta-feira, o relator ainda destacou que estuda uma sugestão da oposição de que funcionários da iniciativa privada com salário superior a R\$ 16 mil não tenham mais limite de jornada de trabalho. Ele chegou a levar a alternativa para discussão com membros do governo em reunião na noite de terça-feira (19), mas o governo se manifestou contra.

A proposta foi apresentada por parlamentares do Novo e do PL. Segundo os deputados, a medida visa incentivar a contratação dessa categoria pelo regime CLT, visto que grande parte desses trabalhadores são contratados em regime de pessoa Jurídica (PJ). Na prática, apesar de não terem uma jornada de trabalho definida, os empregados nesse regime teriam os direitos trabalhistas previstos na CLT (13º salário, férias remuneradas, contribuição ao INSS, vínculo empregatício, etc). Essa alteração não foi confirmada.